



BOLETIM DA

aepetASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

JULHO/1990

EXTRA

AEPET vai a Ozires contra demissões

Por solicitação do deputado Fernando Sant'Anna (PCB-BA), o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, reuniu-se, no último dia 26 de maio, com o presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva e com os representantes dos bolsistas demitidos na Petrobrás, Márcio Azevedo Santos e Cleurer Barbosa das Neves. Num encontro tenso, Ozires Silva fez questão de assinalar que só estava recebendo a AEPET porque o pedido de audiência havia sido formalizado por um parlamentar. E destacou, logo no início da reunião, que a reforma administrativa do Governo, particularmente as demissões na Companhia, deveria ser tratada com o presidente da Petrobrás, Luiz Octavio da Motta Veiga, ao invés de ser discutida na esfera ministerial.

O presidente da AEPET entregou a Ozires Silva um conjunto de documentos elaborados pela entidade sobre as demissões na Companhia. Entre eles estavam a cópia do documento encaminhado pelos bolsistas ao presidente da Petrobrás e um livreto editado pela AEPET com sugestões sobre os Critérios de Avaliação de Desempenho que poderão ser adotadas pela Companhia. Os representantes dos bolsistas falaram sobre a situação dos demitidos após terem sido selecionados em concurso público nacional e propuseram ao ministro que intermediasse um encontro dos bolsistas com o presidente da Petrobrás. Ozires Silva afirmou que tentaria junto a Motta Veiga que recebesse uma comissão dos demitidos.

Durante o encontro com a AEPET Ozires Silva teceu duras críticas à entidade, acusando seus representantes de serem corporati-

vistas e de não aceitarem opiniões contrárias às suas. Lembrou o período em que discutiu-se a internacionalização da Petrobrás e acusou a AEPET de fugir ao debate sobre este assunto. O presidente da AEPET retrucou dizendo que a entidade posicionou-se publicamente sobre a questão em diversos boletins por entender que a internacionalização nunca havia sido apresentada de modo transparente ao Corpo Técnico da Petrobrás.

Diomedes enfatizou que a AEPET sempre posicionou-se com clareza sobre todos os temas de interesse dos empregados da Petrobrás e que ao longo dos últimos anos realizou uma série de debates com empresários, parlamentares, representantes de entidades de classe etc. Lembrou, inclusive, a preocupação da entidade em levar até à Petrobrás o presidente da Semco, Ricardo Semler, defensor de idéias inovadoras sobre política de pessoal.

O ministro da Infra-Estrutura insistiu nas críticas à AEPET e afirmou que a entidade nunca apresentou um argumento convincente contra os contratos de risco. Em resposta, Diomedes disse que se os argumentos da entidade não fossem fortes não teriam convencido a grande maioria dos congressistas que vetaram a participação de empresas estrangeiras na exploração do petróleo brasileiro. Ozires Silva concordou, entretanto, que a AEPET fez foi um "bom lobby no Congresso Nacional".

Foi lembrado pela AEPET o fracasso das empresas estrangeiras no Brasil, como os casos da Pecten, na Bacia de Santos, e da Texaco, na Ilha de Marajó. No primeiro caso, a

Pecten pretendia investir US\$ 180 milhões e, hoje, reconhece que seriam necessários US\$ 300 milhões para explorar um reservatório de valor comercial questionável.

Diomedes disse, ainda, estar chocado com as críticas que o ministro da Infra-Estrutura fez à Petrobrás, já que durante depoimento na CPI que investiga a crise financeira da Companhia no Congresso Nacional, em abril último, Ozires Silva havia feito muitos elogios aos Sindicatos e empregados da empresa. Lembrou que quando Ozires Silva foi afastado da presidência da Petrobrás, a AEPET lhe enviou um telegrama de solidariedade e que, como resposta, recebeu um telex de agradecimento onde ele destacava que apesar das divergências o seu relacionamento com a AEPET havia sido travado no mais alto nível, sem que as discussões atingissem o plano pessoal.

Logo após o encontro com o ministro Ozires Silva, a AEPET lhe enviou Telex ressaltando que em nenhum momento solicitou a intermediação do deputado Fernando Sant'Anna para concessão da audiência. Este pedido, informou a AEPET, foi feito pelos bolsistas dos cursos da Petrobrás na Bahia que convidaram os representantes da entidade para comparecerem à audiência, em nome do Corpo Técnico da Companhia.

Foi lembrado, ainda, que em Telex enviado à entidade no dia 29 de maio último, Ozires Silva propôs um encontro dos representantes da entidade com o presidente da Petrobrás, assinalando, porém, que também estaria disposto a receber a diretoria da AEPET tão logo fosse solicitado.

Reproduzimos, na íntegra, o documento entregue ao ministro Ozires Silva

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1990.

Exmo. Sr.
Engenheiro OZIREZ SILVA
DD. Ministro da Infra-Estrutura.

De referência à reforma administrativa ora em curso na PETROBRÁS a Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET — julga-se no dever de apresentar-lhe as seguintes considerações:

2 — As demissões ora em curso vêm provocando graves transtornos ao nosso pessoal. Se a produtividade dos servidores cresce na proporção dos estímulos que venham a receber da Direção da Empresa, a sua capacidade de produzir diminui com as inquietações e o desânimo, causados pela simples notícia de possíveis demissões, quanto mais quando elas já se realizam sem critérios que se possam considerar razoáveis. O critério do número pelo número, por exemplo, é insustentável do ponto de vista da racionalidade administrativa. Na verdade está se materializando um clima de sobressaltos e terror. É o fantasma do desemprego impressionando os trabalhadores. É o medo de perder as condições que asseguram o sustento da família, o pagamento da residência, a educação dos filhos. Tudo isso que gera angústia e indignação, pois o homem sem trabalho é um homem sem esperança. Um homem em desespero. Realmente não é justificável, sob quaisquer argumentos, a demissão de empregados aprovados em concurso público de âmbito nacional, e ainda submetidos, pela Empresa, a prolongados cursos de pós-graduação, nos quais a PETROBRÁS despendeu mais de 10 milhões de dólares, tudo com o objetivo de renovar e oxigenar os quadros, havendo muitos deles renunciado aos empregos anteriores.

“O critério do número pelo número é insustentável. Na verdade há um clima de sobressaltos e terror. É o fantasma do desemprego impressionando os trabalhadores”.

3 — Sem dúvida, o ponto de partida para a reforma de qualquer empresa deve ser a fixação de seus novos objetivos. A definição das metas a serem alcançadas pela PETROBRÁS dentro de determinado período é condição preliminar para dimensionar-se o seu contingente de recursos humanos. Afirma-se que a próxima meta da Companhia é produzir um milhão de barris/dia até o fim do atual governo. Este número representa um acréscimo de 47% em relação ao nível atual de produção. Qual seria o contingente de empregados necessário ao cumprimento de tão significativo trabalho?

4 — Num levantamento realizado pela AEPET, anexo para conhecimento de Vossa Excelência, verifica-se que no período de 1980/1989 (10 anos), as produções de óleo e de gás cresceram, respectivamente, 228,16% e 177,37%, enquanto o número de empregados cresceu apenas 24,47%. Registra-se que este crescimento nos níveis de produção teria sido muito maior não fosse a expressiva queda nos investimentos, ocorrida nos últimos cinco anos. Não obstante a transferência, para a iniciativa privada, de alguns serviços, antes realizados diretamente pela PETROBRÁS, e a utilização de mão-de-obra locada, é inegável o aumento de produtividade da Companhia no aludido período.

5 — Outra questão relevante no dimensionamento do pessoal da Companhia é a que se refere à chamada mão-de-obra temporária. A lei número 6019, de 03 de janeiro de 1974, em seu artigo segundo é suficientemente clara: a PETROBRÁS, ou qualquer outra empresa, somente pode recorrer a este tipo de contratação para atender a “necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços”. Esta lei determina ainda que as empresas de trabalho temporário, que fornecem mão-de-obra, devem estar inscritas no Departamento Nacional de mão-de-obra do Ministério do Trabalho; do contrato entre as empresas de trabalho temporário e a tomadora ou cliente deverá constar, obrigatoriamente, o motivo justificador da demanda de trabalho temporário; a remuneração do traba-

“Um homem sem trabalho é um homem sem esperança. É um homem em desespero”

lho temporário há de ser equivalente à do pessoal permanente da mesma categoria. A AEPET tem razões para crer que estas e outras exigências legais não vêm sendo cumpridas. São contratações ilegais até mesmo porque, a lei restringe o prazo do contrato, para o mesmo empregado, ao período de 3 (três) meses. Até hoje a Companhia não apresentou os números referentes à locação de mão-de-obra, não obstante a solicitações da AEPET e dos sindicatos a respeito virem sendo feitas há anos.

Se esta mão-de-obra é necessária, como efetivamente parece ser, que se abra concurso público do qual ela poderá participar. Como afirma-se que há ociosos nos quadros regulares da PETROBRÁS, mantendo-se, ao mesmo tempo, ilegal e indefinidamente, um pessoal que somente pode ser contratado por tempo determinado? Para a AEPET a fórmula é: nem excesso de empregados, nem falta de mão-de-obra necessária para a consecução das metas da Empresa.

6 — Em setembro de 1989 a PETROBRÁS celebrou com os sindicatos representativos de seus trabalhadores um acordo coletivo, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho, portanto com a força da lei.

“No primeiro quadrimestre deste ano a Companhia registrou lucro de quase US\$ 300 milhões. Isto afasta qualquer alegação de natureza financeira para se demitir.”

Na cláusula 52 ficou acertado que a Companhia manteria sua política de emprego, não promoveria demissões coletivas ou sistemáticas, nem dispensas arbitrárias, assim entendidas, aquelas que não se fundassem em motivos técnicos, disciplinares ou econômicos e financeiros. No primeiro quadrimestre deste ano, a Companhia em documento oficial divulgado pela imprensa registrou um lucro de quase 300 milhões de dólares, o que, desde logo, afasta qualquer alegação de natureza financeira. Motivos disciplinares, de gravidade, justificam demissões em qualquer época. Motivos técnicos precisariam ser comprovados, situação por situação. Nada disso foi feito configurando um desrespeito não só aos direitos dos trabalhadores como ao mais alto Tribunal do Trabalho no País.

7 — A propósito dessas considerações pedimos vênia para relembrar palavras de Vossa Excelência referindo-se aos quadros de pessoal da PETROBRÁS:

“Eu gosto muito da Petrobrás. Eu acho que é uma Companhia esplêndida sob todos os aspectos. Tem um manancial de talentos inimagináveis. Fico feliz em ter descoberto tanta gente boa. Não sabia que no Brasil pudesse ter um acervo tão bom de talentos, de gente capaz” (...)

“Das 50 maiores empresas do mundo, entre as quais a Petrobrás se inclui, só têm cinco empresas que têm menos empregados que a Petrobrás. Quer dizer, 45 das 50 maiores empresas do mundo têm mais empregados do que a Petrobrás. Então não é uma Companhia que gerou empreguismo ou coisa dessa natureza” (...)

8 — Para concluir a Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET — confia em que Vossa Excelência tome todo o empenho no sentido de evitar injustiças e adotar providências para a tranquilidade dos trabalhadores da PETROBRÁS. Vossa Excelência já foi presidente da Empresa, conhece os seus problemas, sabe do entusiasmo dos seus empregados em servir à Empresa e, através dela, ao País.

Saudações Atenciosas,

DIOMEDES CESÁRIO DA SILVA

Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Nos últimos 10 anos a produção nacional de petróleo cresceu quase 10 vezes mais do que o número de empregados

PARÂMETRO / UNIDADE	1980	1989	VARIACÃO 80/89 %
RESERVAS ÓLEO (BILHÕES BARRIS)	1,340	2,798	108,80 (*)
RESERVAS GÁS (BILHÕES M ³)	52,544	116,007	120,78
PRODUÇÃO ANUAL DE ÓLEO (MILHÕES BARRIS)	68,607	225,146	228,16
PRODUÇÃO ANUAL DE GÁS NATURAL (BILHÕES DE M ³)	2,205	6,116	177,37
NÚMERO DE EMPREGADOS	48.226	60.028	24,47

(*) Não computadas as reservas em águas profundas. Se consideradas as jazidas em águas profundas as reservas brasileiras atingem 8,000 bilhões de barris, superiores as da EXXON, a maior companhia petrolífera do mundo e o acréscimo das reservas no período 80/89 seria de 497,01%.



AEPET manifesta-se contra demissões junto a representantes do Governo

No mesmo dia em que foi recebido pelo ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, o presidente da AEPET reuniu-se também com os chefes de Gabinete das Secretarias da Ciência e Tecnologia, Edson Machado, e de Administração, Pedro Maranhão. No primeiro encontro Diomedes foi acompanhado dos bolsistas Márcio Azevedo Santos e Cleurer Barbosa das Neves que, juntos, advertiram sobre o risco de a reforma administrativa do Governo afetar o desenvolvimento tecnológico da Petrobrás.

Edson Machado recebeu os últimos boletins da AEPET e disse que os investimentos destinados ao aperfeiçoamento do corpo técnico da Petrobrás preocupavam bastante o secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg. Na sua opinião, as empresas privadas têm pouco fôlego para investir pesado no desenvolvimento tecnológico, tarefa que deve ser destinada às estatais.

No contato com Pedro Maranhão, os re-

presentantes da AEPET sustentaram que se o objetivo do Governo é reduzir os custos das empresas públicas, o mais lógico seria dar autonomia à Petrobrás, por exemplo, para que a Companhia pudesse perseguir melhores resultados.

Diomedes sustentou que a Petrobrás precisa de liberdade para tomar decisões sem ser pressionada por números e prazos a serem cumpridos com a demissão de seus empregados. Acrescentou que a AEPET sempre preocupou-se com a eficiência da Petrobrás e citou as palestras promovidas pela entidade com representantes de empresas do porte da Rhodia, IBM, Xerox e, mais recentemente, com o presidente da Semco, Ricardo Semler.

Pedro Maranhão recebeu, ainda, da AEPET uma série de documentos e manifestou-se particularmente interessado pela proposta da entidade sobre Critérios de Avaliação de Desempenho.

AEPET entra na Justiça contra demissões

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no último dia seis de julho os associados da AEPET autorizaram a entidade a tomar as providências jurídicas necessárias para defender os interesses do seu conjunto de sócios. A AGE aprovou, por unanimidade, a adoção, pela AEPET, de medidas judiciais contrárias "às demissões imotivadas e situações conexas, nos termos do artigo quinto, inc. XXI, da Constituição Federal".

A convocação de uma Assembléia Geral Extraordinária pela AEPET foi feita após o juiz Carlos Henrique Saraiva, da 5.ª turma do Tribunal Regional do Trabalho, haver indeferido o mandado de segurança impetrado pela entidade contra as demissões na Petrobrás. A AEPET, apoiada em resolução do seu Conselho Deliberativo, decidiu ajuizar "mandado de segurança coletivo cumulado de pedido de medida liminar", após haver verificado que alguns Sindicatos dos Petroleiros ainda não tinham tomado providência semelhante. A diretoria da entidade consultou alguns advogados e só tomou a decisão depois de certificar-se de que não haveria qualquer prejuízo para os empregados da Petrobrás. Ao contrário, o mandado de segurança na Justiça, no entender dos advogados, só reforçaria a defesa dos direitos dos trabalhadores.



Comitê em Defesa da Petrobrás deverá atuar em todos os órgãos

Numa iniciativa conjunta da diretoria da AEPET e de seus associados estão sendo criados os COMITÊS EM DEFESA DA PETROBRÁS nos diversos órgãos da Companhia. A idéia é reunir o maior número possível de pessoas empenhadas em coordenar um movimento de esclarecimento público sobre a importância da Petrobrás para a sociedade brasileira.

A AEPET deverá funcionar como a catalisadora deste processo que, a cada dia, reúne novos associados preocupados com as investidas contra a Petrobrás e seus empregados. O papel da AEPET, nesse caso, será o de concentrar informações para disparar uma campanha de âmbito nacional em defesa da Companhia.

Os Comitês em Defesa da Petrobrás estão sendo formados nos departamentos, divisões ou setores com o objetivo de multiplicar as ações contra a política difamatória que tem sido deflagrada por veículos de comunicação contra a Petrobrás. Na prática, estes comitês poderão responder ataques feitos pela imprensa, propor mensagens publicitárias favoráveis à Petrobrás, sugerir formas de ação em defesa da Companhia, como Atos Públicos, entrevistas coletivas, atuações junto ao Congresso Nacional e outras iniciativas.

De uma coisa todos sabem: não é mais possível esperar que a AEPET e os Sindicatos dos Petroleiros tenham poder de fogo para combater todas as críticas feitas à Petrobrás. Os empregados estão se sentindo acudados e o momento exige que ajamos em conjunto. Portanto, mãos a obra!



Diretoria Cultural promove novos debates

Política Industrial

Está marcada para o dia 6 de agosto, segunda-feira, às 17h30min., no auditório do EDISE, palestra sobre a política industrial do Governo a ser apresentada pelo engenheiro Antonio Maciel Neto, atual Diretor-Adjunto da Secretaria da Indústria e do Comércio.

Privatização

O deputado Luiz Alfredo Salomão participou de um debate com os associados da AEPET no último dia 9 de julho no auditório do EDISE sobre o tema "privatização". A idéia é intensificar o debate, convidando representantes de outros partidos políticos, empresas e entidades. Já formalizamos o convite ao presidente do BNDES, Eduardo Modiano.



Ricardo Semler

Foi, sem dúvida, um sucesso, a palestra promovida pela AEPET com o empresário Ricardo Semler, sobre a experiência realizada na área de política de pessoal na em-

presa Semco, da qual é presidente. O auditório do EDISE ficou lotado e a AEPET tem recebido inúmeros pedidos de cópia da fita de vídeo-cassete do evento.